

Aue

Confronto dos poderes

Constituinte aprova por 403 votos texto do 1º turno

Luciano Andrade

Janio de Freitas

A melhor resposta

A insistência encabeçada pelo líder peemedebista Nelson Jobim, levando o deputado Ulysses Guimarães a reconsiderar seu desejo de adiar a votação, proporcionou a melhor resposta da constituinte à agressiva negação de sua soberania pelo presidente Sarney e demais construtores da crise: o projeto de Constituição está aprovado por 86% dos 471 constituintes presentes e passa, agora, às emendas que lhe darão conteúdo e forma finais.

Outras reações contundentes a Sarney e sua guarda ficaram estabelecidas em reunião de Ulysses Guimarães com os ministros e constituintes que lhe são mais chegados, em seguida à exibição presidencial pela TV. Para começar, o ministro Renato Archer apresentaria sua demissão ao presidente no começo da tarde. Seu gesto seria depois reproduzido pelo ministro Celso Furtado. E, pouco depois, pelo ministro Luis Henrique. PMDB fora do governo Sarney, portanto.

Como presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães requisitaria rede nacional de TV em horário nobre, provavelmente o mesmo utilizado por Sarney, para demonstrar ao país a impropriedade de tantas das acusações do presidente ao projeto de Constituição. Na manhã de ontem, a representação da TV-Globo em Brasília recebia a informação de que Ulysses pretendia gravar seu pronunciamento na Globotec, em princípio, na parte da tarde. Isto porque a votação do projeto de Constituição, segundo uma idéia aceita na reunião de Ulysses com seus imediatos, seria adiada de ontem para a próxima terça-feira, alargando o tempo para a tentativa de acordo entre os comandados por Sarney e os demais. Antes de suspender a sessão, porém, Ulysses faria um discurso aos constituintes, a um só tempo para

resposta preliminar a Sarney e como estímulo ao brio dos parlamentares.

O próprio líder do PMDB, além das lideranças dos outros partidos de oposição, não concordou com o adiamento da votação, argumentando com os números convincentes das presenças e das sondagens, mesmo as mais cautelosas. A perda desta oportunidade poderia, de fato, custar alto preço à constituinte, por oferecer tempo a novos pronunciamentos fortes contra o projeto de Constituição — alguns fortes porque armados — e a esforços do governo em sua estratégia pelo chamado "buraco negro", que consistiria em deixar o projeto no espaço, sem aprovação e sem rejeição.

Ulysses aceitou os argumentos e reexaminou com o ministro Renato Archer as decisões da reunião que promovera. Seu discurso de abertura da sessão, no entanto, foi mantido e aprimorado. E se mostrou adequado ao momento e à boa oratória: duro e emocional para atingir fundo nos ânimos, mas ponderado e sem agressividades sarneysianas, para não oferecer pretextos.

A demissão dos ministros peemedebistas, vista de fora, só poderia soar como represália a Sarney e seu programa contra a constituinte, com o qual desconsiderou apelos pessoais que lhe fez Ulysses. Na verdade, a decisão envolveu outro componente: a antecipação, retirando de Sarney a oportunidade da tréplica. Estava previsto que, poucas horas depois do pronunciamento de TV do presidente da constituinte, o ministro Renato Archer fosse exonerado, para ferir Ulysses no coração.

Nem com a derrota esmagadora do presidente Sarney, porém, pode-se considerar encerrada a face institucional da crise. Ele e sua guarda não fizeram investimento gratuito neste conflito com a constituinte.

Da Sucursal de Brasília

O Congresso constituinte aprovou ontem por 403 votos a 13, com 55 abstenções, o Projeto de Constituição "B", resultado da revisão feita pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), do texto aprovado em primeiro turno pelos parlamentares. Realizada às 17h15, a votação cumpriu o preceito estabelecido na Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985 — que convocou o Congresso constituinte — de que o texto será promulgado depois de votado em dois turnos pela maioria absoluta dos constituintes (280).



O projeto foi votado globalmente, com a ressalva das emendas destacadas para votação isolada, cuja votação deve ser iniciada hoje. Os destaques nada acrescentarão ao texto aprovado hoje, já que eles se referem a supressões e correções de erros, omissões e contradições.

Depois do pronunciamento do presidente da Casa, Ulysses Guimarães (veja texto nesta pág.), o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) questionou a votação global, argumentando que o regimento original, que continha o preceito, fora revogado pela alteração promovida em janeiro por pressão do Centrão.

Depois de contestado pelo líder do PMDB no Congresso constituinte, Nelson Jobim (RS), Andrada foi substituído no microfone de apertes sucessivamente pelos deputados Paes Landim (PFL-PI), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) — líder do governo — e Inocêncio de Oliveira (PE), vice-líder do PFL, que tentaram obter a votação capitulo por capitulo e a admissão do destaque para votação em separado (DVS). O DVS pedido sobre uma emenda supressiva inverteria o ônus dos interessados. Quem quisesse manter o trecho em questão é que seria obrigado a reunir 280 votos.

O líder pefelista, José Lourenço (BA), falou contra a aprovação do texto global, e Gastone Righi, líder do PTB, encaminhou a votação a favor. Todos os líderes recomendaram a aprovação do texto, exceto Lourenço que recomendou abstenção. Luis Inacio Lula da Silva (SP), do PT, recomendou o "sim" à bancada e entregou uma declaração da posição partidária contra o projeto.

As lideranças partidárias no Congresso constituinte reúnem-se hoje.



O líder do governo, Carlos Sant'Anna, fala no microfone destinado aos apertes, no plenário do Congresso constituinte

Dropes

Campo Grande - O PSDB lança amanhã a candidatura do deputado Saulo Queiroz à Prefeitura de Campo Grande (MS), com as presenças dos senadores Mário Covas (SP), Fernando Henrique Cardoso (SP) e José Richa (PR).

Boituva - O presidente do Diretório Municipal do PT em Boituva (SP), Luiz Adão Nascimento, deverá ser afastado de seu cargo por ter articulado uma coligação de seu partido com o PDS.